

Práticas de ecoturismo nas Reservas Particulares de Patrimônio Natural

*Practices of ecotourism in the Private Natural
Heritage Reserves*

Laura Rudzewicz¹
Rosane Maria Lanzer²

¹ Mestre em Turismo pela Universidade de Caxias do Sul. Bacharel em Turismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e aluna da Especialização em Manejo dos Recursos Hídricos na UCS. Docente do Curso Superior de Turismo, Faculdade Anglo-Americano Caxias do Sul e pesquisadora do Projeto Lagos – Gestão Sustentável das Lagoas Costeiras do Litoral Médio e Sul do Estado do Rio Grande do Sul. Endereço: Rua Francisco Getúlio Vargas, 1.130, Cidade Universitária, bl. 57, sala 306, Caxias do Sul, RS, Brasil. CEP 95070-560. E-mail: laurar.turismo@gmail.com

² PhD em Biogeografia pela Universidade do Saarland. Mestre em Ecologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Licenciada em Ciências Biológicas pela UFRGS. Pesquisadora visitante e pós-doutora pelo Instituto de Química Ecológica do National Research Center for Environmental and Health (Neuherberg - Alemanha). Docente do Mestrado em Turismo e do Departamento de Ciências Biológicas e pesquisadora do Instituto de Biotecnologia da UCS. Endereço: Departamento de Ciências Biológicas, Rua Francisco Getúlio Vargas, 1.130, Cidade Universitária, bl. 57, sala 306, Caxias do Sul, RS, Brasil. CEP 95070-560. E-mail: rlanzer@ucs.br

RESUMO: Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) é a categoria de Unidade de Conservação (UC), criada pelo ato voluntário do proprietário privado e destinada à conservação dos ecossistemas, em caráter perpétuo. Nessas, o ecoturismo é a modalidade turística com melhores possibilidades de integrar os objetivos de conservação e o uso compatível do ambiente. O objetivo do estudo foi avaliar a importância das RPPNs ao ecoturismo e o papel deste na conservação dos ecossistemas. A amostra estudada consistiu de catorze RPPNs, sob o critério da presença do ecoturismo e da representatividade nos diferentes biomas brasileiros. Os resultados revelaram práticas bem-sucedidas e grande potencial turístico das RPPNs, porém, o ecoturismo, como instrumento de conservação dos ecossistemas, é ainda uma realidade incipiente.

PALAVRAS-CHAVE: Unidades de Conservação (UCs). Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). Ecoturismo. Conservação. Ecossistemas. Brasil.

ABSTRACT: The Private Natural Heritage Reserves (RPPN) is the category of Brazilian protected area which is created by the voluntary act of the private owner in order to preserve the ecosystems in perpetuity. In protected areas, the ecotourism is the best tourism modality to integrate the goals of conservation and the compatible use of the environment. The objective of this study was to evaluate the importance of the RPPN to the ecotourism and its role in the ecosystems conservation. The studied sample was 14 RPPNs, according to the criteria of the ecotourism presence and representativeness on the different biomes of Brazil. The results revealed successful practices and great tourism potential in the RPPNs, however, the ecotourism, as an instrument for the conservation of ecosystems; it is still an incipient reality.

KEY WORDS: Protected areas. Private Natural Heritage Reserves. Ecotourism. Conservation. Ecosystems. Brazil.

Introdução

O crescente interesse no ecoturismo e no potencial contido nas Unidades de Conservação (UCs) brasileiras para essa atividade instiga à reflexão acerca do grande desafio em compatibilizar uso público e conservação dos recursos naturais. Este artigo apresenta alguns resultados da dissertação de mestrado de Rudzewicz (2006), acerca da inter-relação ecoturismo e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs) no

Brasil. Essas representam a categoria de UC, criadas pelo ato voluntário do proprietário privado e destinadas à conservação dos ecossistemas, em caráter perpétuo. A atividade turística é um dos usos públicos legalmente permitidos nas RPPNs, onde o ecoturismo é visto como a modalidade com melhores possibilidades de integrar a conservação e o uso compatível do ambiente natural. Entende-se que o ecoturismo, conforme Ceballos-Lascuráin (1998) e Pires (2002), deva integrar os princípios da sustentabilidade em todas as suas instâncias (ecológica, econômica e sociocultural), o caráter educativo da experiência do turista na natureza preservada, engajando a comunidade local no processo de planejamento e gestão da atividade, sob uma perspectiva de longo prazo.

O principal objetivo deste estudo foi avaliar a importância das RPPNs ao ecoturismo e o papel desta na conservação dos ecossistemas presentes nessas UCs, a partir da análise de unidades que realizam atividades ecoturísticas nos diferentes biomas brasileiros. Outros objetivos foram revisar o marco teórico acerca da inter-relação turismo e áreas protegidas privadas no Brasil, por meio das RPPNs, e verificar as tendências, as necessidades e as limitações dessas UCs para o desenvolvimento do ecoturismo.

A pesquisa foi caracterizada como exploratório-descritiva, de corte quali-quantitativo, com enfoque interdisciplinar, sendo a análise do fenômeno turístico em ambientes protegidos complementada com base nos conhecimentos da Ecologia e da Biologia da Conservação. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, por meio da revisão teórica e do levantamento de dados em fontes primárias (Ibama, 2005; 2006) e secundárias (leis, regulamentações, relatórios, Internet). A amostra do estudo constituiu-se de catorze RPPNs que participaram, voluntariamente, do processo de coleta de dados, sob o critério da presença do ecoturismo e da representatividade nos diferentes biomas brasileiros — Amazônia, Caatinga, Costeiros, Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal e Campos Sulinos.

A descrição do cenário do ecoturismo nas RPPNs brasileiras foi possível mediante a aplicação de instrumentos de pesquisa, como: um questionário, estruturado com base em Mesquita (1999) e Beni (2003); entrevistas semi-estruturadas e formulários (ficha descritiva e ficha de observação de campo). A pesquisa *in loco* foi realizada em cinco das catorze RPPNs estudadas.

O estudo foi norteado pelo seguinte problema: o ecoturismo pode ser instrumento para a conservação dos ecossistemas nas RPPNs? Esse questionamento delineou metodologicamente a investigação em torno dos objetivos, sendo constante desde a aplicação dos instrumentos até a sistematização e análise das informações e dados, que foram coletados entre julho de 2005 e abril de 2006.

Na primeira parte deste artigo são apresentados o tema, os objetivos, o problema de pesquisa e a metodologia do estudo. Em seguida, apresenta-se descrição e análise do cenário atual das RPPNs brasileiras e discute-se os resultados encontrados acerca das práticas de ecoturismo nessas reservas. Nas considerações finais, constam as principais conclusões da pesquisa e as recomendações para a continuação da análise.

Cenário das RPPNs brasileiras

No Brasil, a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) é a categoria de área protegida que regulamenta os esforços privados destinados à conservação dos ecossistemas desde 1990 (Decreto Federal 98.914). Ela é criada por meio do ato voluntário do proprietário privado, que declara parte ou totalidade do território como área protegida, em caráter perpétuo. Com sua evolução no cenário ambientalista, a RPPN ganhou *status* de Unidade de Conservação (UC) de Uso Sustentável,³ no Sistema Nacional de Unidades de Conservação — SNUC (Lei 9.985/2000). Ela é a primeira categoria de área protegida a ter regulamento próprio no Brasil (Decreto Federal 5.746/2006) e representa um instrumento jurídico em constante aprimoramento, sendo a Instrução Normativa 145/2007 que regulamenta novos critérios e procedimentos administrativos referentes à sua criação.

As RPPNs compreendem áreas de relevância para a conservação da diversidade biológica e/ou contêm atributos naturais singulares (Ibama, 2006). Nesses espaços, a atividade de visitação com fins turísticos é um dos usos públicos legalmente permitidos, além da pesquisa científica, da recreação e da educação ambiental (BRASIL, 2004).

O sistema brasileiro de reservas privadas ocupa posição de destaque entre os países da América Latina, sendo as RPPNs um dos instrumentos jurídico-legais mais

³ Unidades de Conservação de Uso Sustentável: pretendem compatibilizar a conservação com uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2004).

consolidados e um dos poucos gravados sob perpetuidade, apresentando ainda o maior número de unidades MESQUITA, 1999; THEULEN et al. 2003). Apesar disso, os incentivos econômicos e jurídicos disponíveis aos proprietários de RPPNs ainda são pouco eficientes (SWIFT et al. 2003), sendo eles: a isenção do Imposto sobre o Território Rural (ITR), a prioridade na análise de projetos de implantação e gestão no Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) e outros programas oficiais, a preferência na análise de pedidos de concessão de crédito rural e a destinação de recursos provenientes de compensação ambiental (BRASIL, 2006). Outras possibilidades são parcerias com instituições diversas, ICMS Ecológico,⁴ financiamentos do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), entre outros (WIEDMANN, 2001; FERREIRA et al. 2004). Os proprietários de RPPNs devem cumprir com restrições de uso, sinalização e realização de relatórios permanentes e do Plano de Manejo como forma de assegurar a manutenção dos atributos ambientais da área (BRASIL, 2006). O Ibama, por sua vez, tem o papel de manter um cadastro atualizado, realizar vistorias periódicas e oferecer apoio técnico no planejamento, proteção, fiscalização e repressão aos crimes ambientais (Ibama, 2006).

A pesquisa revelou a existência de cerca de setecentas RPPNs no Brasil, instituídas em nível federal e estadual, abrangendo mais de 545 mil hectares, com representatividade em todas as unidades federativas e biomas brasileiros. A área protegida por RPPNs corresponde a aproximadamente 0,064% da superfície total do país, e os estados do Paraná, Minas Gerais, Bahia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul aparecem como os mais expressivos na criação dessa categoria (em números e em área territorial), reflexo da forte atuação das associações regionais de proprietários e/ou do desenvolvimento de incentivos econômicos inovadores junto a instrumentos legais de reconhecimento em nível estadual.

Os dados levantados mostram que as RPPNs (federais e estaduais) preservam, de forma mais significativa, os biomas Mata Atlântica (60% do total dessas unidades) e Cerrado (21%), sendo esses os mais ameaçados (CI, 2006). Seguem a Amazônia, com

⁴ ICMS Ecológico: possibilidade do repasse de recursos financeiros provenientes da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) aos municípios que possuem UCs e outros critérios ambientais em seu território. Dessa forma, as RPPNs são consideradas de acordo com sua superfície e aspectos relacionados à qualidade da conservação na área (LOUREIRO e MARTINEZ, 2004).

6% das RPPNs, a Caatinga (5%), o Pantanal (4%), os Campos Sulinos (3%) e os ecossistemas Costeiros (1%). No entanto, é o Pantanal, o sexto bioma brasileiro em superfície territorial, que abriga a maior área destinada a essas reservas, equivalendo a 2% da superfície total do bioma. Na Mata Atlântica, no Cerrado e no Pantanal há uma maior disponibilidade de incentivos para a criação e manejo de RPPNs sob a forma de programas de apoio, oferecidos em especial por Organizações Não Governamentais (ONGs) (LIMA, 2005; PRADO, 2005), por serem territórios prioritários à conservação, onde a maioria das terras pertence a proprietários privados.

Práticas de ecoturismo nas RPPNs brasileiras

A pesquisa apontou 41 RPPNs (federais e estaduais) que realizam práticas de ecoturismo nos seus limites e entorno, totalizando cerca de 188 mil ha, distribuídos em dezesseis unidades federativas, dentre as quais o Mato Grosso do Sul, o Mato Grosso e Minas Gerais demonstraram maior expressividade na relação RPPNs e ecoturismo. Essas reservas foram caracterizadas como grandes propriedades, com mais de 601 ha (39%) e médias, entre 51 e 600 ha (37%), de posse de pessoas físicas (59% dos casos), apesar de os proprietários jurídicos possuírem a maior área territorial dessas reservas (90%), com destaque para as ONGs, as empresas de hotelaria, turismo e lazer, entidades religiosas, Sesc e empresas dos setores de: mineração, energia; florestal, agropecuário, destilaria e diversos.

O ecoturismo em RPPNs mostrou-se mais expressivo na Mata Atlântica (41% dos casos), Pantanal (24%) e Cerrado (17%), seguidas da Amazônia (7%), dos Costeiros (5%), da Caatinga e dos Campos Sulinos (ambos com 3%). O caso da Mata Atlântica é bastante particular, pois apresenta o maior número (41% dos casos), porém com a menor cobertura territorial em RPPNs com ecoturismo de todos os ecossistemas (11.462,29 ha), evidenciando o predomínio de pequenas propriedades adiante de intensa fragmentação do bioma. Já no Pantanal, verificou-se 161.915,2 ha em RPPNs com ecoturismo, apresentando as reservas privadas de maior extensão.

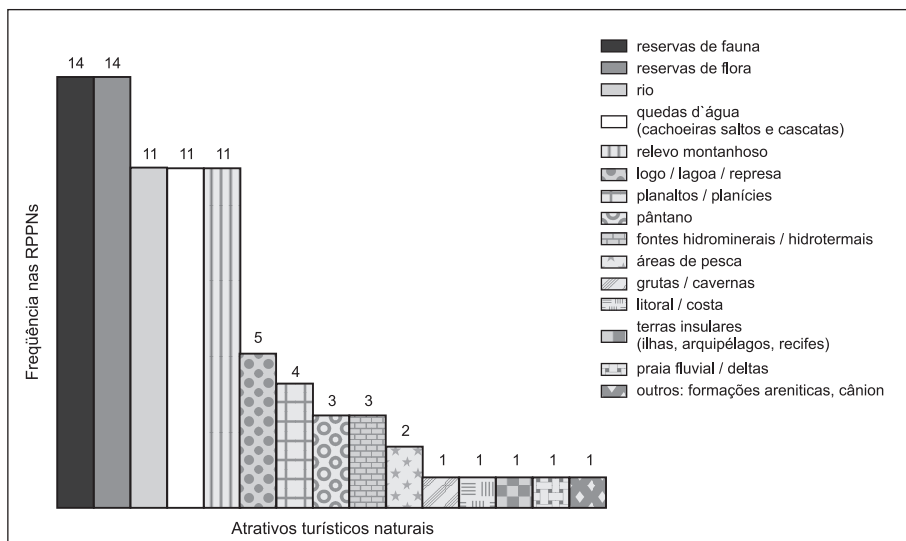
A amostra deste estudo foi composta por catorze RPPNs (nível federal e estadual), somando 23.857,91 ha de áreas protegidas, distribuídas por nove unidades federativas do país, com áreas entre 17 e 13.200 ha, prevalecendo propriedades de médio porte (43%

dos casos, entre 51 e 600 ha), de posse de pessoas físicas (64%), mas com 89% da área territorial total de posse de proprietários jurídicos. Não houve participação de RPPNs representativas da Amazônia e da Caatinga nesta pesquisa, sendo a amostra representativa dos biomas Mata Atlântica (com 51% dos casos), Cerrado (21%), Pantanal (14%), Costeiros e Campos Sulinos (7% cada), conforme classificação do Ibama (2005).

Nas unidades pesquisadas predominaram como objetivos de criação das reservas: a conservação (100% dos casos), o ecoturismo (79%), a educação ambiental (72%), a pesquisa científica (64%), e, com menor frequência, a agricultura orgânica, a apicultura e outras modalidades de turismo (científico, de aventura, agroturismo, de eventos). Isso evidencia os resultados encontrados por Mesquita (1999) e Melo (2004), em que os objetivos das reservas privadas brasileiras foram prioritariamente voltados para as questões conservacionistas, aliados a outras intenções secundárias, com destaque para o ecoturismo.

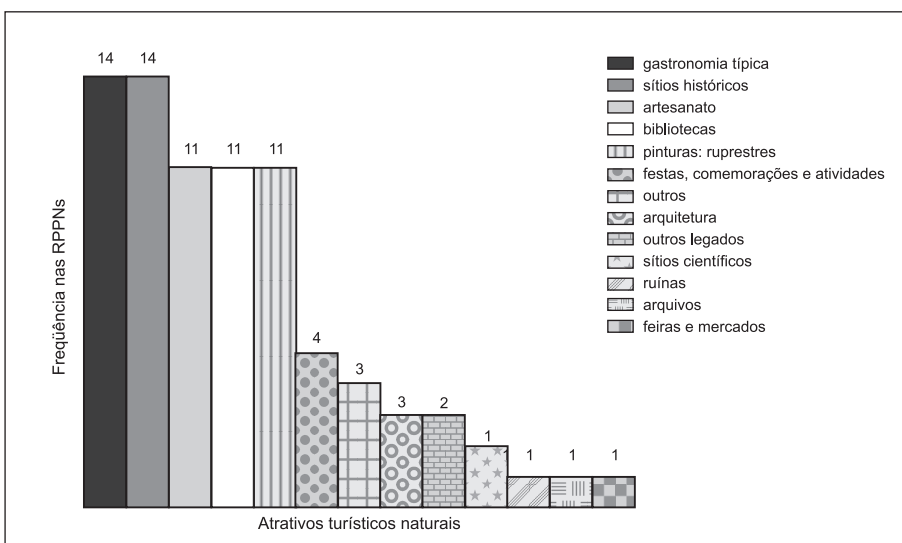
As RPPNs estudadas apresentaram grande potencial em atrativos naturais, como: reservas de fauna e flora, rios, quedas d'água, relevo montanhoso, lago/lagoa, planaltos e planícies, fontes hidrominerais, área de pesca, grutas e cavernas, litoral, terras insulares, praia fluvial e outros (formações areníticas e cânions) (figura 1).

Figura 1 – Frequência de atrativos turísticos naturais nas catorze RPPNs com ecoturismo



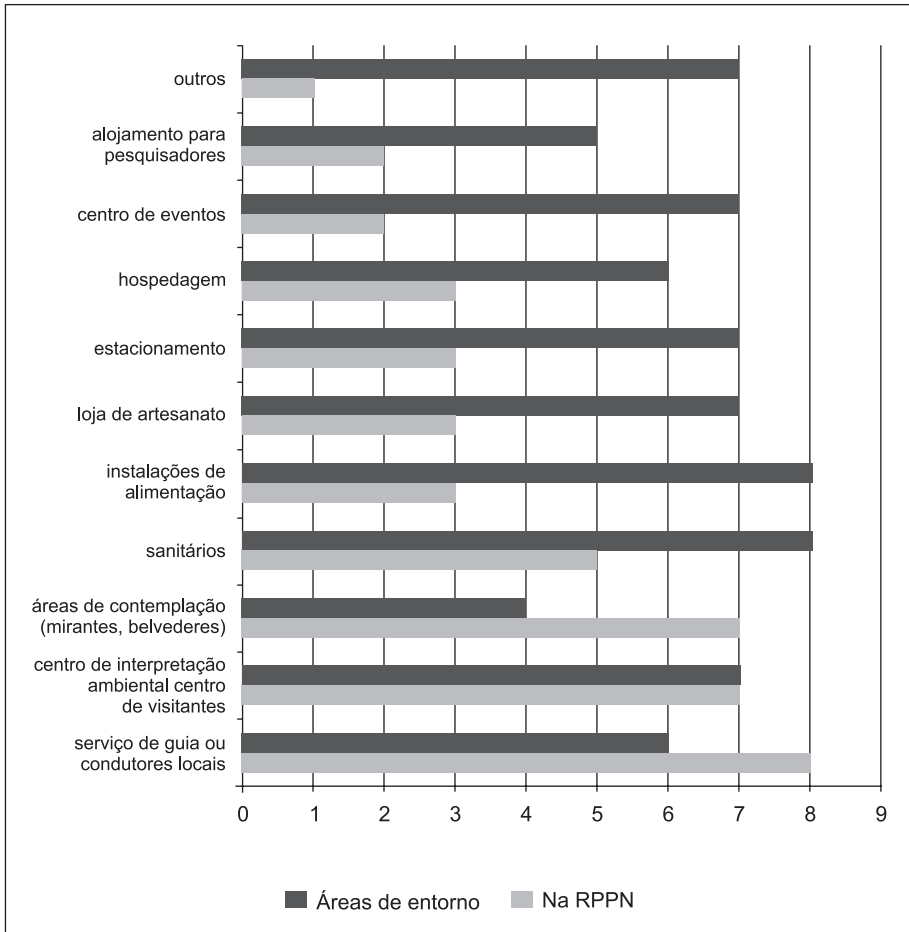
Já o potencial em atrativos turísticos histórico-culturais foi enumerado por 71% das catorze RPPNs pesquisadas, nos quais a gastronomia típica aparece como item mais significativo, seguido de sítios históricos, artesanato, bibliotecas e outros (figura 2). Isso denota uma ênfase à valorização do patrimônio natural nesses ambientes protegidos, em detrimento das possibilidades de aliança e cooperação com o entorno e a valorização da cultura local.

Figura 2 – Frequência de atrativos turísticos histórico-culturais nas catorze RPPNs com ecoturismo



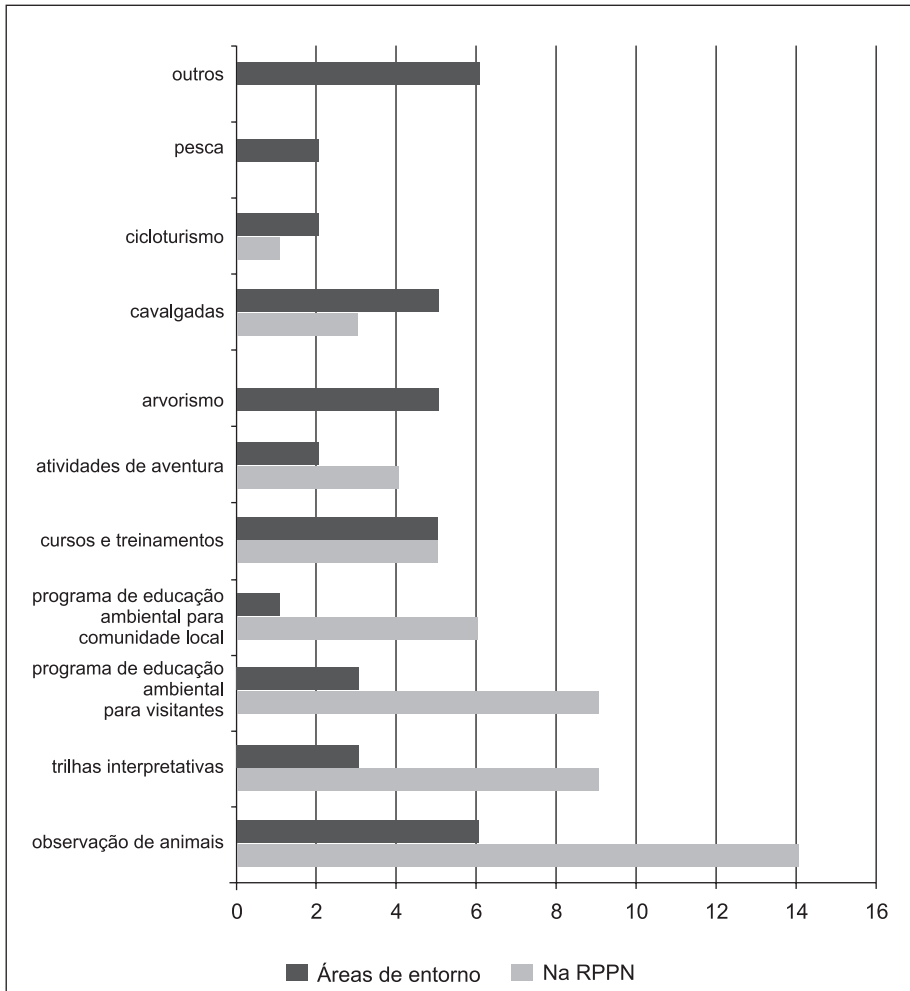
As reservas também oferecem diversos equipamentos e serviços turísticos, prioritariamente concentrados no entorno das áreas destinadas à RPPN (figura 3). Nos limites da reserva predominaram as instalações mínimas, voltadas aos centros de interpretação ambiental/centro de visitantes e áreas de contemplação (mirantes, belvederes), e aos serviços prestados pelos guias/condutores locais. Os equipamentos de hospedagem, existentes em 64% da amostra, e de alojamento para pesquisadores, em 50% dos casos, também se concentram no entorno das RPPNs, pois nesses espaços as restrições de uso e o controle do impacto proveniente do uso público são mais flexíveis, embora devam integrar os esforços de conservação das reservas.

Figura 3 – Tipo de equipamentos e serviços oferecidos aos visitantes dentro dos limites das catorze RPPNs com ecoturismo e nas áreas de entorno



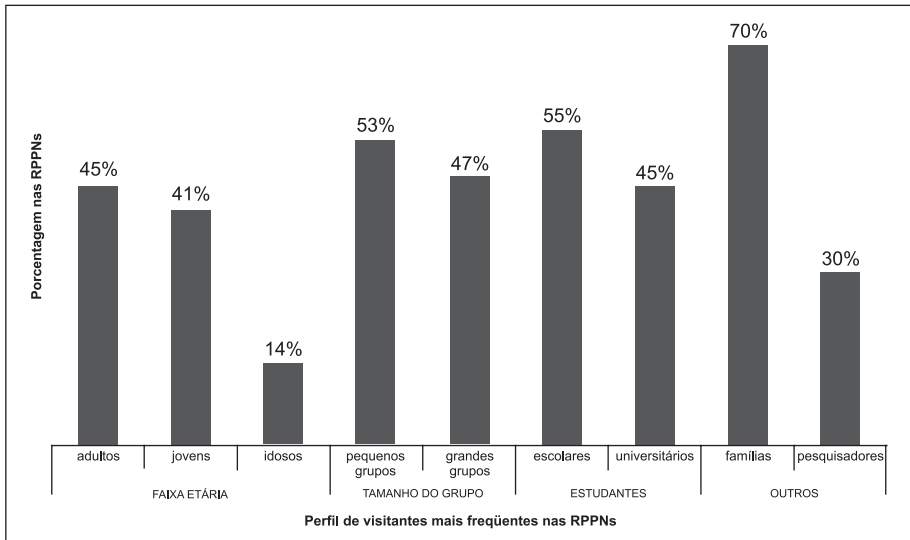
A amostra também revelou a predominância de atividades de mínimo impacto nos limites da reserva, a exemplo da observação de animais, trilhas interpretativas, programas de educação ambiental e cursos e treinamentos (figura 4). Outras práticas turísticas desenvolvidas no entorno das RPPNs foram identificadas, como: arborismo, cavalgadas, cicloturismo, *sandboard*, pesca, entre outras.

Figura 4 – Tipo de atividades oferecidas aos visitantes dentro dos limites das catorze RPPNs com ecoturismo e nas áreas de entorno



Quanto à caracterização dos visitantes, os mais frequentes são jovens e adultos, predominando os pequenos grupos (até cinco pessoas). No que se refere ao público estudante, escolares prevalecem aos universitários, assim como famílias são mais frequentes que pesquisadores (figura 5).

Figura 5 – Caracterização dos visitantes mais freqüentes (%) nas catorze RPPNs com ecoturismo



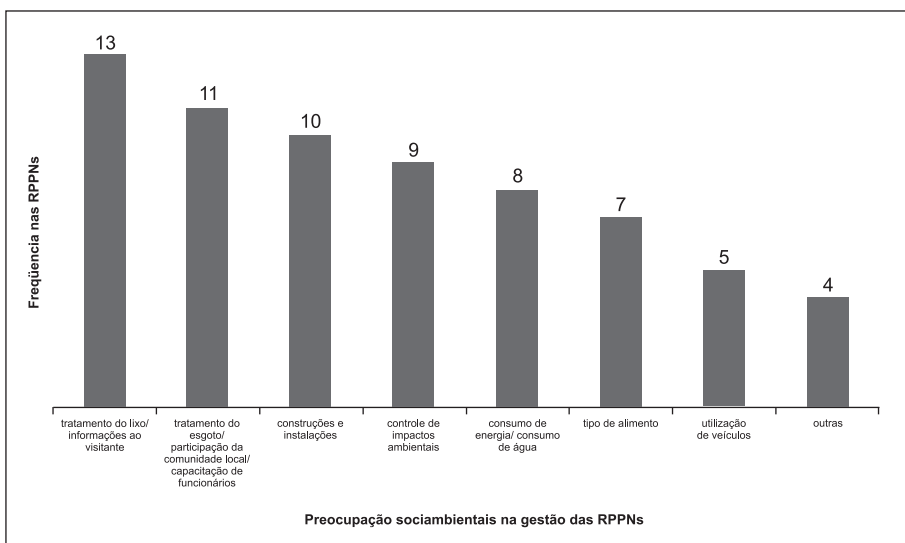
Fonte: dados coletados pela autora.

Apesar dos esforços em preservar a área destinada à RPPN dos usos e instalações turísticas de impacto mais intensivo, a inexistência de instrumentos de planejamento e monitoramento ambiental foi apontada por 43% das RPPNs estudadas, demonstrando a fragilidade na execução dos objetivos conservacionistas propostos por esta categoria de UC brasileira. Dessa forma, essas unidades podem ser consideradas “propriedades rurais com baixa intensidade de uso” e não “reservas de biodiversidade” de fato, conforme cita Melo (2004), nas quais as atividades de uso público têm sido realizadas, na sua maioria, de forma não sistemática e desordenada. Outro dado coletado, e que complementa esse cenário, são as dificuldades financeiras (57% dos casos) e de obtenção de apoio (50%), enumeradas pelos proprietários como principais problemas na gestão das RPPNs.

As preocupações socioambientais descritas pelos proprietários na gestão do ecoturismo como atividade de uso público nessas RPPNs referem-se, em especial, ao tratamento do lixo e às informações ao visitante (em 93% dos casos); ao tratamento

do esgoto, à participação da comunidade local e à capacitação de funcionários (79%); às construções e instalações (71%); ao controle de impactos ambientais (64%); e ao consumo de energia e de água (57%) (figura 6). No entanto, apenas 43% da amostra tornaram conhecidas as ações em andamento diante das preocupações socioambientais descritas, sendo algumas delas: utilização de energia solar, construção de mini-hidrelétrica, tanques de captação de águas da chuva e fossas sépticas, ações de reflorestamento de nascentes, separação do lixo, reaproveitamento do lixo orgânico, entre outras.

Figura 6 – Frequência das preocupações socioambientais da gestão das catorze RPPNs com ecoturismo



Outro dado importante é que o ecoturismo foi avaliado como economicamente lucrativo pela maioria dos proprietários das RPPNs (57%), em que o retorno do investimento inicial para o desenvolvimento das práticas de ecoturismo ainda não ocorreu, em 79% dos casos, apesar de todos considerarem as áreas atrativos ecoturísticos consolidados na sua região e das atividades de visitação pública já ocorrerem em um intervalo de aproximadamente seis a treze anos. Esses dados levam a considerar que o ecoturismo deve ser um complemento à busca pela viabilidade financeira das reservas, dentre as opções de uso compatível com a conservação. Isso reforça o resultado encon-

trado, que mostra a tendência à diversificação das atividades nas RPPNs, aliando o ecoturismo a outras formas de uso sustentável, como: pesquisa científica, artesanato, apicultura, agricultura orgânica e outros tipos de turismo (rural, de aventura, entre outros).

Essa pesquisa reafirmou, também, os resultados encontrados por Mesquita (1999), em estudo sobre as reservas privadas na América Latina e no Brasil, e por Langholz (2002), na Costa Rica, sobre a importância ecológica das reservas privadas na formação de corredores de biodiversidade e como zonas de amortecimento de áreas protegidas públicas; além do crescente interesse no desenvolvimento do ecoturismo nesses ambientes protegidos. No estudo das catorze RPPNs, 79% dos casos demonstraram integrar-se a outras áreas protegidas, formando corredores ecológicos, ampliando sua importância para a conservação dos ecossistemas e, na perspectiva do turismo, integrando e diversificando as possibilidades de uso público em áreas naturais protegidas — sempre cumprindo com as restrições de cada categoria de manejo das UCs e com as particularidades de cada ambiente.

Considerações finais

A pesquisa encontrou casos bem-sucedidos de práticas turísticas em desenvolvimento nas RPPNs. Estas são permeadas pelos princípios da sustentabilidade, além do grande potencial em atrativos, atividades, equipamentos e serviços disponíveis para a atividade. No entanto, essas práticas ainda encontram-se distantes da essência do ecoturismo, sendo esse ainda um desafio como instrumento de conservação dos ecossistemas. As dificuldades para a viabilidade financeira das reservas e a ausência de planejamento e monitoramento ambiental demonstraram ser fatores limitantes à perspectiva de longo prazo, tanto para fins de conservação, quanto para o desenvolvimento do ecoturismo nos ambientes protegidos.

Algumas perspectivas positivas às RPPNs reveladas neste estudo são: a diversificação das atividades de uso sustentável, a crescente possibilidade de estruturas de apoio voltadas à categoria e a expansão das formas de cooperação entre os diversos envolvidos com o tema, tratando de acomodar os múltiplos interesses envolvidos e trazendo fortale-

cimento e reconhecimento dos esforços privados em conservação no Brasil.

Como recomendações, destacam-se a necessidade de aprofundamento teórico e de sistematização de dados precisos acerca das RPPNs, possibilitando verificar a importância da inclusão e do reconhecimento da perspectiva privada no cenário da conservação mundial. É importante também divulgar a ampla disseminação das boas práticas realizadas nas RPPNs, em especial no que se refere ao desenvolvimento do ecoturismo, proporcionando a troca de experiências entre as unidades e todos os envolvidos e o aprimoramento do debate acerca da questão. A perspectiva das reservas privadas e sua contribuição à conservação dos ecossistemas, e, ainda, a sua inter-relação com o turismo, são temas que merecem continuidade na sua análise teórica e prática, uma vez que representam movimentos em expansão na atualidade.

Referências

- BENI, M. C. *Análise estrutural do turismo*. 8. ed. atual. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2003.
- BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC*. 5. ed. Brasília: MMA/SBF, 2004. p. 56.
- BRASIL. Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. *Regulamento da RPPN*. Brasília, DF: MMA/IBAMA, 2006. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/>>. Acesso em: 29 maio 2006.
- CEBALLOS – LASCURÁIN, H. *Ecoturismo: naturaleza y desarrollo sostenible*. Colônia Del Valle, México: Editorial Diana, 1998.
- CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL. CI. Disponível em: <<http://www.conservation.org.br/>>. Acesso em: 1.º maio 2006.
- FERREIRA, L. M. et al. *Roteiro Metodológico para elaboração de Plano de Manejo para Reservas Particulares do Patrimônio Natural*. Brasília: Ibama, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. *Lista das Reservas Privadas de Patrimônio Natural e biomas*. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/>>. Acesso em: 10 mar. 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. IBAMA. *Unidades de Conservação, Reservas Privadas de Patrimônio Natural*. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br>>. Acesso em: 10 jan. 2006.

LANGHOLZ, J. Parques de Propriedade Privada. In: TERBORGH, J. (Org.) et al. *Tornando os Parques Eficientes: estratégias para a conservação da natureza nos trópicos*. Tradução Máisa Guapyassu. Curitiba, PR: Ed. da UFPR/ Fundação O Boticário, 2002. p. 197-212.

LIMA, F. *A atuação da Funatura nas RPPNs e na implementação do ecoturismo*. Brasília, 05 jul. 2005. Entrevista concedida a Laura Rudzewicz.

LOUREIRO, W; MARTINEZ, A. Sustentabilidade das Reservas Particulares do Patrimônio Natural: ICMS Ecológico como instrumento de apoio as RPPNs do Paraná. In: BORGES, M. E.; CASTRO, R. (Org.). *RPPN: conservação em terras privadas, desafios para a sustentabilidade*. Planaltina do Paraná: Edições CNRPPN, 2004. p. 57-78.

MELO, A. L. de. *Reservas Particulares do Patrimônio Natural do Município de Silva Jardim, Rio de Janeiro*: perfil e características do manejo. 2004. 105 p. Monografia (Engenharia Florestal)– Instituto de Florestas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2004.

MESQUITA, C. A. B. *Caracterización de las Reservas Naturales Privadas en América Latina*. 1999. 88 p. Dissertação(Mestrado), Programa de Educación para el Desarrollo y la Conservación, Centro Agronómico Tropical de Investigación y Enseñanza, Turrialba, Costa Rica, 1999.

PIRES, P. dos S. *Dimensões do ecoturismo*. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2002.

PRADO, A. *A atuação da Conservação Internacional do Brasil nas RPPNs e na implementação do ecoturismo*. Brasília, 05 jul. 2005. Entrevista concedida a Laura Rudzewicz.

RUDZEWICZ, L. *Ecoturismo em Reservas Particulares do Patrimônio Natural e seu papel na conservação dos ecossistemas brasileiros*. 2006. 175p. Dissertação (Programa de Pesquisa e Pós-Graduação, Mestrado em Turismo)–Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2006.

SWIFT, B. et al. *Conservación Privada en Latinoamérica: herramientas legales y modelos para el éxito*. México: Environmental Law-Institute, Pronatura Asociación Civil, 2003.

THEULEN, V. et al. Brasil. Socio en el país: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. In: SWIFT, B. et al. *Conservación Privada en Latinoamérica: herramientas legales y modelos para el éxito*. México: Environmental Law-Institute, Pronatura Asociación Civil, 2003. p. 52-64.

WIEDMANN, S. M. P. Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN – na Lei nº 9.985/2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. In: BENJAMIN, A. H. (Coord.). *Direito ambiental das áreas protegidas: o regime jurídico das unidades de conservação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 400-424.

Artigo recebido em 15 de outubro de 2007

Aprovado para publicação em 23 de outubro de 2007